



Escola de Administração Fazendária

**CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DO TESOIRO NACIONAL - AFTN - 1998**

**Prova a.3 – Área: AUDITORIA**

**Aplicada dia 18/10/98 – Domingo – pela MANHÃ**

GABARITO 1		*****GABARITO 2*****		GABARITO 3		GABARITO 4	
<u>Auditoria</u>	<u>Contabilida- de Avançada</u>	<u>Auditoria</u>	<u>Contabilida- de Avançada</u>	<u>Contabilida- de Avançada</u>	<u>Auditoria</u>	<u>Contabilida- de Avançada</u>	<u>Auditoria</u>
01- E	31- E	01- C	31- E	01- D	31- D	01- B	31- C
02- D	32- C	02- E	32- D	02- B	32- C	02- D	32- C
03- E	33- B*	03- D	33- C	03- B*	33- D	03- B	33- D
04- C	34- E	04- A*	34- E	04- D	34- B	04- A	34- D
05- A	35- A	05- A	35- C	05- E	35- E	05- C	35- C
06- A	36- E	06- C	36- A	06- D	36- E	06- A	36- A
07- B	37- C	07- D	37- C	07- B	37- A	07- C	37- C
08- C	38- D	08- A	38- D	08- C	38- B	08- E	38- B
09- D	39- A	09- B	39- B	09- E	39- C	09- D	39- E
10- A	40- C	10- E	40- E	10- B	40- E	10- B	40- D
11- E	41- B	11- B	41- B	11- A	41- D	11- D	41- B
12- E	42- C	12- C	42- E	12- B	42- D	12- A	42- A*
13- B	43- D	13- C	43- A	13- C	43- A	13- D	43- E
14- D	44- A	14- B	44- C	14- E	44- C	14- E	44- A
15- B	45- B	15- B	45- A	15- A	45- A	15- A	45- D
16- A	46- E	16- C	46- C	16- D	46- E	16- B	46- B
17- A	47- B	17- E	47- B	17- A	47- E	17- E	47- A
18- B	48- E	18- C	48- E	18- D	48- A	18- B*	48- B
19- B	49- D	19- A	49- D	19- C	49- A	19- B	49- E
20- A	50- A	20- A	50- C	20- E	50- E	20- C	50- C
21- D	51- D	21- B	51- D	21- C	51- C	21- B	51- C
22- A	52- A	22- E	52- B	22- E	52- E	22- E	52- D
23- E	53- C	23- D	53- E	23- B	53- D	23- A	53- E
24- C	54- B	24- C	54- D	24- A	54- B	24- C	54- A
25- B	55- E	25- B	55- A	25- D	55- A	25- E	55- C
26- E	56- B	26- B	56- B	26- A	56- D	26- D	56- B
27- A*	57- D	27- D	57- A	27- C	57- A*	27- E	57- B
28- C	58- B	28- A	58- E*	28- A	58- B	28- A	58- D
29- D	59- C	29- E	59- D	29- B	59- C	29- C	59- A
30- B	60- D	30- A	60- A	30- C	60- A	30- D	60- D



Escola de Administração Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DO TESOIRO NACIONAL - AFTN - 1998

**Prova a.3 – Área: AUDITORIA Gabarito 2**  
**Aplicada dia 18/10/98 – Domingo – pela MANHÃ**

**AUDITORIA**

01- Uma limitação relevante na extensão do trabalho do auditor independente pode implicar a emissão de dois tipos de parecer:

- a) com ressalva ou com parágrafo de ênfase
- b) com ressalva ou adverso
- c) com ressalva ou com abstenção de opinião
- d) com abstenção de opinião ou adverso
- e) com parágrafo de ênfase ou adverso

02- No âmbito do serviço público, as normas relativas à opinião do auditor estabelecem os seguintes tipos de parecer:

- a) pleno, com ressalva e abstenção de opinião
- b) sem ressalva, com restrição e com incerteza
- c) positivo, negativo e omissão de opinião
- d) sem ressalva, com ressalva e adverso
- e) pleno, restritivo e de irregularidade

03- O exame das demonstrações contábeis de sociedades controladas e/ou coligadas, relevantes, por outros auditores independentes, implica a seguinte obrigação para o auditor da sociedade controladora:

- a) ressaltar seu parecer, por esse fato
- b) emitir parecer com abstenção de opinião
- c) emitir parecer com parágrafo de ênfase
- d) destacar esse fato no seu parecer
- e) não considerar esse fato no seu parecer

04- A incerteza quanto à realização de um ativo mensurado em bases razoáveis e considerado relevante para as demonstrações contábeis da entidade auditada implica a emissão de:

- a) parecer com parágrafo de ênfase
- b) parecer com abstenção de opinião
- c) parecer sem ressalva
- d) parecer com ressalva ou adverso
- e) relatório de recomendações

05- A opinião do auditor independente não deverá conter ressalva, no caso de omissão de apresentação ou divulgação inadequada nas demonstrações contábeis e/ou nas suas notas explicativas, da seguinte informação:

- a) planejamento estratégico para o próximo exercício
- b) Existência de acordo de acionistas e suas bases
- c) Contratos relevantes de compromissos de compras
- d) Restrições estatutárias sobre dividendos
- e) Transações e saldo com sociedades coligadas

06- Nos exames de auditoria das contas da demonstração de resultados, os seguintes procedimentos técnicos não são usualmente aplicados pelos auditores:

- a) Conferência de cálculo e registros
- b) Inspeção e cálculo
- c) Confirmação e observação
- d) revisão analítica e inspeção
- e) revisão analítica e cálculo

07- As normas de auditoria independente preconizam que a relevância deve ser considerada pelo auditor

- a) em montante que não ultrapasse 5% do ativo total da entidade auditada
- b) em função do risco de auditoria, determinado por amostragem estatística
- c) em montante que não ultrapasse 5% do resultado líquido do exercício
- d) na determinação da natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria
- e) após avaliar o sistema contábil e de controles internos da entidade

08- Entre as diversas obrigações do auditor independente de demonstrações contábeis consta:

- a) obter carta de responsabilidade da administração
- b) opinar sobre o conteúdo do relatório da administração
- c) emitir relatório formal de recomendações
- d) Elaborar as notas explicativas às demonstrações contábeis
- e) elaborar fluxogramas dos sistemas de controle interno

09- Assinale a opção que apresenta um procedimento não aplicável à auditoria dos estoques de materiais de uma entidade.

- a) Confirmação de materiais em poder de terceiros.
- b) Coordenação e responsabilidade pela realização de contagens físicas.
- c) Exame do "corte" dos documentos de movimentação dos estoques.
- d) Verificação da existência de penhoras e/ou hipotecas de itens.
- e) Revisão preliminar das instruções de inventário físico.

10- O auditor realiza o procedimento técnico de inspeção para

- a) verificação do comportamento de valores relevantes

- b) acompanhamento de processos, no momento da execução
- c) obtenção de informações junto a terceiros
- d) conferência da exatidão aritmética de documentos e registros
- e) exame de registros, documentos e de ativos tangíveis

11- O procedimento técnico de confirmação não se aplica nos exames de auditoria de

- a) passivos contingentes
- b) reavaliação de imobilizado
- c) saldos de clientes
- d) cobertura de seguros
- e) saldos de fornecedores

12- Assinale a opção abaixo que não corresponde a um procedimento geralmente empregado na auditoria das disponibilidades financeiras das entidades.

- a) contagem de fundo fixo de caixa
- b) confirmação de assinaturas autorizadas
- c) análise do fluxo de caixa projetado
- d) confirmação de contas bancárias paralisadas
- e) exame documental dos avisos bancários

13- Os procedimentos de auditoria de conferência de cálculo da equivalência patrimonial aplicam-se às contas contábeis que registram

- a) capital social subscrito e a subscrever
- b) capital social subscrito e integralizado
- c) investimentos permanentes relevantes em controladas
- d) importação de bens do imobilizado em andamento
- e) investimentos temporários em ações de empresas

14- Assinale a opção que não representa um aspecto relevante, previsto na NBC-T-11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (Resolução CFC nº 820/97), por ser considerado na avaliação do ambiente de Controle de uma entidade, para determinação do risco de auditoria das demonstrações contábeis.

- a) Políticas de pessoal e segregação de funções.
- b) Integridade e experiência da administração.
- c) Normas para inventário e conciliação de contas.
- d) Sistema de aprovação e registro das transações.
- e) Estrutura organizacional e métodos de administração.

15- Assinale a opção que não representa um fator por ser considerado pelo auditor independente no estudo e avaliação do sistema contábil e de controle interno.

- a) As áreas de risco de auditoria.
- b) A existência de entidades associadas e partes relacionadas.
- c) O tamanho e complexidade das atividades da entidade.
- d) O grau de descentralização de decisão adotado pela administração.
- e) O grau de envolvimento da auditoria interna, se

existente.

16- O processo que tem por finalidade, entre outras, proporcionar à empresa uma razoável garantia de promover eficácia nas suas operações é denominado

- a) auditoria das demonstrações contábeis
- b) auditoria operacional e financeira
- c) sistema contábil e de controle interno
- d) supervisão e controle de qualidade
- e) sistema de orçamento e gastos

17- As transações e eventos econômicos relevantes ocorridos após a data-base de encerramento das demonstrações contábeis

- a) não devem ser considerados pelo auditor no seu parecer, em nenhuma circunstância
- b) não obedecem ao regime de competência e, portanto, não têm reflexo no balanço
- c) devem constar como parágrafo de ênfase no parecer dos auditores, em qualquer situação
- d) somente devem constar de notas explicativas às demonstrações contábeis
- e) devem ser objeto de ressalva ou ênfase, quando não ajustadas ou reveladas adequadamente

18- Assinale a opção correta.

- a) O auditor interno não deve prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes do empregador.
- b) A utilização de trabalho de especialistas provoca perda de autonomia do auditor interno.
- c) De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, auditoria interna é atribuição privativa de contadores.
- d) O dever de manter sigilo encerra-se 3 anos após terminado o vínculo empregatício do auditor interno.
- e) O conhecimento da execução orçamentária não é um fator relevante para os trabalhos do auditor interno.

19- Os planos de amostragem probabilística, que pressupõem a disposição dos itens de uma população em subgrupos heterogêneos representativos da população global, é do tipo

- a) amostragem por conglomerado
- b) amostragem sistemática
- c) amostragem estratificada
- d) amostragem aleatória
- e) amostragem por julgamento

20- Assinale a opção que não encontra amparo na NBC-T-11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (Resolução CFC nº 820/97).

- a) O auditor deve empregar métodos de amostragem estatística para seleção de itens por serem testados.
- b) A amostra de auditoria pode ser por seleção sistemática, observando intervalo constante entre transações.
- c) A estratificação e o tamanho são alguns fatores que devem ser considerados para determinar a amostra.

- d) A amostra de auditoria pode ser feita por seleção casual, a critério do auditor, baseado em sua experiência.
- e) A amostra de auditoria selecionada deve ter uma relação direta com o volume de transações realizadas.

21- No exame das demonstrações contábeis de uma entidade, o risco de continuidade normal das atividades desta deve ser objeto de atenção dos auditores independentes. Assinale a opção que não representa indicadores deste tipo de risco.

- a) passivo a descoberto
- b) empréstimos e financiamentos de curto prazo
- c) incapacidade de devedores na data do vencimento
- d) dificuldades de acertos com credores
- e) índices financeiros adversos de forma contínua

22- A conclusão sobre a adequada mensuração, apresentação e divulgação das transações econômico-financeiras, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, é um dos objetivos dos

- a) testes de observância
- b) testes de procedimentos
- c) procedimentos de inspeção
- d) procedimentos de confirmação
- e) testes substantivos

23- A obtenção de informações junto a pessoas ou entidades, para confirmação de transações, conhecida na atividade de auditoria como "circularização", pode ser de dois tipos, quanto à forma de resposta:

- a) branca e preta
- b) interna e externa
- c) aberta e fechada
- d) positiva e negativa
- e) ativa e passiva

24- O dever do auditor independente de demonstrações contábeis de emitir relatório circunstanciado específico a respeito do descumprimento de normas legais e regulamentares é previsto formalmente na

- a) NPA - 06 – Revisão Especial das Informações Trimestrais das Companhias Abertas
- b) NBC-T-11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis
- c) NPA - 02 – Procedimentos de Auditoria Independente de Instituições Financeiras e Entidades Equiparadas
- d) NBC-P-1 – Normas Profissionais de Auditor Independente
- e) NPA - 10 – Diretrizes Básicas sobre Controle Interno de Qualidade para Auditores Independentes

25- Entre as assertivas abaixo, indique aquela que não se configura como responsabilidade ou dever do auditor independente, previsto nas normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade.

- a) O auditor deve planejar seu trabalho de forma a

detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

- b) O uso de trabalho de especialista, empregado da entidade auditada, restringe a responsabilidade do auditor à sua competência.
- c) O auditor, para poder exercer sua atividade, deverá submeter-se a exame de competência profissional.
- d) A utilização do trabalho de contador, na função de auditor interno, não modifica a responsabilidade do auditor.
- e) O auditor, no exercício de sua atividade, deverá comprovar a participação em programas de educação continuada.

26- De acordo com a NBC-P-1 – Normas Profissionais de Auditor Independente, ao estabelecer e documentar seus honorários, o auditor incorre em infringência ao Código de Ética do Contabilista quando

- a) determina a forma como os custos de viagens e estadas serão reembolsados
- b) omite os tipos de relatórios de auditoria previstos por serem emitidos
- c) fixa os honorários com base em estimativa de horas por serem gastas
- d) omite a data de validade da proposta comercial de prestação de serviços
- e) define prazo para realização dos serviços de auditoria contratados

27- Os procedimentos de auditoria que têm por finalidade obter evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados gerados pelo sistema de contabilidade da entidade são denominados testes

- a) de observância
- b) de aderência
- c) de controle
- d) substantivos
- e) de existência

28- Segundo a NBC-P-1 – Normas Profissionais do Auditor Independente, o conjunto de documentos que compõe os papéis de trabalho desse profissional deve ser guardado pelo prazo de

- a) 5 anos, a partir da data da emissão do parecer
- b) 5 anos, a partir da data-base da auditoria
- c) 3 anos, a partir da data da emissão do parecer
- d) 4 anos, a partir da data-base da auditoria
- e) 4 anos, a partir da data da assembleia de acionistas

29- Segundo a NBC-P-1 – Normas Profissionais do Auditor Independente, o estabelecimento de honorários condicionados à natureza dos trabalhos contratados

- a) deve constar na carta de responsabilidade da administração
- b) deve ser objeto de divulgação nas notas explicativas do balanço
- c) compõe um dos aspectos do sigilo profissional por ser mantido
- d) deve constar na carta-proposta ou documento equivalente do auditor

- e) resulta em perda efetiva ou aparente da independência do auditor

30- Alguns dos Princípios Fundamentais de Contabilidade enunciados pela Resolução CFC nº 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade, são:

- a) Atualização Monetária, Entidade e Continuidade  
b) Oportunidade, Competência e Depreciação  
c) Registro pelo Valor Original e Essência e Forma  
d) Entidade, Continuidade e Regime de Caixa  
e) Prudência, Oportunidade e Reavaliação de Ativos

### CONTABILIDADE AVANÇADA

Para responder às questões 31 e 32, observe os dados abaixo:

Em 31.12.19x7, a Cia. Colúmbia apresenta o seguinte balanço patrimonial:

Ativo		Passivo	
Disponibilidades	2.000	Fornecedores	32.000
Aplicações Financeiras	10.000	Empréstimos	30.000
Clientes	0		
Estoques	50.000		
Imobilizado	60.000	Capital	60.000
Depreciação	(6.000)	Resultado Acumulado	(6.000)
Total Ativo	116.000	Total Passivo	116.000

Dados Adicionais

Imobilizado e Capital formados em 30.04.19x7

Estoques formados em média out/19x7

Compras dos estoques com prazo de 60 dias

Fornecedores prazo médio 60 dias

Custo Financeiro 3% ao mês

Valor da Unidade Monetária Contábil - UMC

Em 30.06.19x7 1,00

Em 31.10.19x7 1,10

Em 31.12.19x7 1,15

A empresa compra as mercadorias para revenda não sendo agregado qualquer custo adicional.

31- O valor do resultado do exercício em UMC é

- a) 6.000,0000  
b) 5.835,1212  
c) 4.977,7849  
d) 4.877,4428  
e) 5.035,6611

32- Após a conversão do Balanço pela Correção Monetária Integral, o valor do Ativo em UMC é

- a) 100.869,5652  
b) 96.089,5144  
c) 109.889,3281  
d) 107.280,0512  
e) 94.744,3266

33- O objetivo básico da Correção Monetária Integral é

- a) produzir demonstrações em uma única moeda para os itens componentes do Patrimônio Líquido  
b) reconhecer os efeitos da variação da moeda nos

ativos permanentes

- c) produzir demonstrações em uma única moeda para todos os itens componentes das demonstrações e explicitar os efeitos da inflação sobre cada conta  
d) produzir demonstrações em uma única moeda que reconheçam os ganhos e perdas pela variação monetária nas Disponibilidades  
e) produzir demonstrações em uma única moeda de forma a incorporar a mensuração dos itens patrimoniais a valor de reposição

34- Para calcular a Correção Monetária Integral, os itens do Balanço Patrimonial são segregados em monetários e não-monetários. Exemplo de itens monetários são:

- a) Caixa, Estoques, Contas a Receber, Investimentos Permanentes, Fornecedores  
b) Bancos, Contas a Receber, Estoques, Imobilizado, Contas a Pagar  
c) Investimentos Permanentes, Diferido, Capital, Reservas  
d) Caixa, Bancos, Contas a Receber, Capital, Reservas  
e) Caixa, Bancos, Contas a Receber, Fornecedores, Contas a Pagar

35- A conceituação de "Filial" é

- a) o estabelecimento sede ou principal, ou seja, aquele que tem primazia na direção a que estão subordinados todos os demais  
b) o estabelecimento comercial que opera na dependência da matriz  
c) qualquer estabelecimento mercantil industrial ou civil, dependente ou ligado a outro que, em relação a ele, tem ou detém o poder de comando  
d) uma companhia constituída mediante escritura pública, tendo como único acionista uma outra sociedade  
e) uma companhia com personalidade jurídica própria distinta da sociedade controladora domiciliada no exterior

36- Indique, nas opções abaixo, aquela que não guarda relação quanto à dissolução de uma companhia.

- a) quando provado que não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 1% do capital social  
b) quando anulada a sua constituição, em ação proposta por qualquer acionista  
c) em caso de falência, na forma prevista na respectiva lei  
d) pelo término do prazo de duração estabelecido para suas atividades  
e) nos casos previstos no estatuto

37- A reserva de reavaliação, transferida por ocasião da incorporação, fusão ou cisão, terá na sucessora o seguinte tratamento:

- a) ser desconsiderada na incorporação, fusão, encampação ou cisão  
b) ser considerada realizada, totalmente, na apuração do lucro real

- c) mesmo tratamento tributário que teria na sucedida
- d) somente os bens comuns às duas sociedades deverão ser reconhecidos como realizados
- e) na fusão deve ser incluída na apuração do lucro real; na cisão e incorporação, não

38- Incorporação é a operação pela qual uma (um)

- a) empresa adquire mais de 50% do controle acionário de outra do mesmo grupo
- b) empresa une seu patrimônio a outra formando uma terceira
- c) edifício é construído por uma empresa em um terreno previamente cedido pela outra
- d) empresa transfere a totalidade do Patrimônio para outra que a sucede em direitos e obrigações
- e) empresa passa a ter acionistas comuns a uma outra empresa

39- As empresas A, B e C encerram suas atividades através de uma fusão, transferindo seu Patrimônio Líquido para a formação de uma nova empresa denominada "D".

Cada uma das empresas possui dois sócios com igual participação no Capital. O Patrimônio Líquido de cada empresa antes da fusão era:

Patrimônio Líquido	A	B	C
Capital	760	720	2.880
Lucros Acumulados	200	0	0
Reserva de Lucro	0	240	0

As empresas A e B aumentaram seu Capital antes da fusão, utilizando os saldos de Lucros Acumulados e Reserva de Lucro.

A participação, individual, dos sócios da empresa B após a fusão é equivalente a

- a) R\$ 1.440,00 para cada um
- b) 10% do total
- c) 30% do total
- d) 50% do total
- e) R\$ 380,00 para um e R\$ 1.360,00 para outro

40- Nas operações de cisão, podem ocorrer as seguintes situações, exceto

- a) cisão total com a criação de duas ou mais empresas novas
- b) cisão total com versão de parte do Patrimônio Líquido para empresa nova e parte para empresa já existente
- c) cisão total com versão do patrimônio para empresas já existentes
- d) cisão parcial com versão de parte do patrimônio para empresas já existentes
- e) cisão parcial com versão de todo o patrimônio para a mesma sociedade

41- Com relação às reorganizações societárias mediante os processos de incorporações, fusões ou cisões, podemos afirmar que todas as opções abaixo são corretas, exceto

- a) fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que as sucederá em todos os direitos e obrigações

- b) uma companhia emissora de debêntures em circulação ficará sempre obrigada à prévia autorização dos debenturistas sob pena de nulidade da incorporação, fusão ou cisão
- c) cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim, ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, e dividindo-se o seu capital, se parcial a versão
- d) interesses de natureza societária entre quotistas ou acionistas são fatores importantes a serem contemplados no processo de reorganização
- e) incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que a sucede em todos os direitos e obrigações

42- As participações de acionistas minoritários ou não controladores, quando da consolidação, deverão ser

- a) deduzidas do valor do investimento no Ativo Permanente
- b) acrescidas ao valor do investimento no Ativo Permanente
- c) consolidadas sem qualquer referência especial
- d) segregadas em conta específica no Ativo Permanente
- e) segregadas em conta específica fora do Patrimônio Líquido consolidado

43- Na consolidação dos Balanços de Controladora e Controlada todos os itens abaixo deverão ser excluídos, exceto

- a) participações societárias de empresas não controladas e não pertencentes ao grupo
- b) lucro na venda de Ativos Imobilizados entre controladora e controlada
- c) investimento permanente da controladora na controlada
- d) lucro não realizado nas transações de mercadorias entre controladora e controlada
- e) contas a receber que representam contas a pagar na controlada

44- O imposto de renda oriundo de lucro ainda não realizado, referente a operações efetuadas entre as empresas em consolidação, deverá ser

- a) lançado contra estoques, quando proveniente de transações de mercadorias
- b) considerado e pago quando for o caso
- c) eliminado para posterior tributação
- d) lançado contra impostos a compensar no Passivo Circulante
- e) lançado contra impostos a compensar no Exigível a Longo Prazo

45- Identifique, nas opções abaixo, aquela na qual não se caracteriza o conceito de partes relacionadas.

- a) Empresas possuídas por diretores ou acionistas minoritários, nas quais os acionistas não tenham voto majoritário.
- b) Pessoas que possuem, direta ou indiretamente,

- algum interesse no poder de voto da empresa que emite as Demonstrações Financeiras.
- Pessoas-chave da administração, inclusive diretores e executivos de companhias e membros mais próximos de suas famílias.
  - Empresas que, direta ou indiretamente, através de uma ou mais empresas intermediárias, controlam a empresa que apresenta suas Demonstrações Financeiras.
  - Empresas com administradores comuns ou que possam influenciar e/ou beneficiar-se de determinadas decisões nas referidas empresas, tomadas em conjunto ou individualmente.

46- Dos itens abaixo indique aquele que não representa exemplo de transações entre partes relacionadas.

- Contrato de prestação de serviços entre coligadas com preço estipulado através de cotações no mercado.
- Recebimento ou pagamento pela locação ou comodato de bens imóveis ou móveis de qualquer natureza entre coligadas e controladas.
- Direitos de preferência de uma empresa na subscrição de ações de outra que não seja coligada ou controlada, que não tenha sócios em comum com a companhia, quando for realizada a preço normal de mercado.
- Transações com clientes, fornecedores ou financiadores, dos quais a empresa seja dependente do ponto de vista econômico, tecnológico ou financeiro.
- Empréstimo de Longo Prazo concedido ao controlador à taxa de mercado.

47- No processo de incorporação, uma das preocupações é garantir uma participação justa dos acionistas tanto da incorporadora quanto da incorporada no novo Patrimônio Líquido que surge. As opções abaixo representam procedimentos que garantirão esta justa participação, exceto

- proceder ao levantamento do Balanço Patrimonial contábil na mesma data-base e com os mesmos critérios contábeis para ambas as empresas
- proceder à incorporação pelos valores contábeis originais da data-base
- o aumento de capital na incorporadora tomará por base um preço de emissão das ações igual ao valor patrimonial
- proceder à contabilização das diferenças oriundas das avaliações
- proceder, através de peritos, à avaliação patrimonial de ambas as empresas aos seus valores de mercado, com base nos mesmos critérios de avaliação dos Ativos e Passivos

48- Quando da Reavaliação, os laudos poderão indicar que, no conjunto, o total apurado é inferior ao valor líquido contábil dos bens correspondentes. Neste caso deve-se

- reconhecer, contabilmente, a redução, debitando-se a Reserva e creditando-se o Ativo Permanente

- não registrar, contabilmente, a redução e reportar o fato somente em Notas Explicativas
- reconhecer, debitando-se o Permanente e creditando-se o Patrimônio Líquido
- não reconhecer no Patrimônio Líquido e reconhecer no Permanente
- reconhecer a redução quando existirem reavaliações anteriores ainda não realizadas

49- Quando uma sociedade coligada ou controlada proceder à reavaliação, a investidora, que avalia esse investimento pelo método da equivalência patrimonial, deverá efetuar o seguinte lançamento contábil:

- Débito de Ativo Permanente e crédito de Lucros e Perdas
- Débito de Ativo Permanente e crédito de Exigível a Longo Prazo
- Crédito de Ativo Permanente e débito de Lucros e Perdas
- Débito de Ativo Permanente e crédito de Patrimônio Líquido
- Débito de Ativo Permanente e crédito de Resultado de Exercícios Futuros

50- Na Consolidação de Demonstrações Financeiras, o ágio oriundo de investimento de controladora em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial deverá ser

- eliminado proporcionalmente à participação da controladora na controlada
- eliminado na consolidação não aparecendo na demonstração consolidada
- mantido na consolidação e aparecendo na demonstração consolidada
- transferido para conta de receita no resultado da controladora
- transferido ao Lucros e Perdas do Balanço consolidado

51- Na aquisição de Participação Societária relevante, o custo de aquisição deve ser registrado, desdobradamente, em valor

- pago dentro do exercício e a pagar no exercício seguinte
- de mercado do investimento e de realização futura
- conta de Ativo e de Patrimônio Líquido
- de Participação Societária e de ágio ou deságio na aquisição
- de lucros esperados e perdas não-recuperáveis

Responda às questões 52 a 56, utilizando os dados do enunciado a seguir:

Em 1<sup>o</sup> de janeiro de 19x8, a Cia. Alfa pagou R\$ 700.000 por 100.000 ações que representavam 30% das ações da Cia. Beta. O ágio pago pela Cia. Alfa será amortizado em 10 anos. Em 31 de dezembro de 19x8, a Cia. Beta apresentou um lucro do exercício 19x8 de R\$ 300.000. Em 1<sup>o</sup> de julho de 19x8, a empresa Beta pagou, em caixa, dividendos de R\$ 100.000.

A Cia. Alfa exerce significativa influência sobre a Cia. Beta e avalia seus investimentos pelo método da equivalência patrimonial. O valor apurado como Lucros e Prejuízos de Participações em outras Sociedades reportado pela Cia. Alfa foi de R\$ 80.000 em 31.12.19x8.

52- O valor do ágio amortizado, ao final do exercício de 19x8, pela Cia. Alfa foi de

- a) R\$ 60.000,00
- b) R\$ 10.000,00
- c) R\$ 70.000,00
- d) R\$ 30.000,00
- e) R\$ 90.000,00

53- O valor nominal unitário das ações adquiridas da Cia. Beta foi de

- a) R\$ 8,00
- b) R\$ 9,00
- c) R\$ 3,00
- d) R\$ 2,00
- e) R\$ 6,00

54- O valor registrado na Conta Participações Permanentes em Outras Sociedades pela Cia. Alfa foi de

- a) R\$ 700.000,00
- b) R\$ 900.000,00
- c) R\$ 300.000,00
- d) R\$ 600.000,00
- e) R\$ 800.000,00

55- Ao final do exercício de 19x8, o valor apurado na aplicação da Equivalência Patrimonial foi de

- a) R\$ 90.000,00
- b) R\$ 60.000,00
- c) R\$ 100.000,00
- d) R\$ 30.000,00
- e) R\$ 80.000,00

56- O valor do ágio pago por Alfa, por ocasião da aquisição das ações da Cia. Beta, foi de

- a) R\$ 60.000,00
- b) R\$ 100.000,00
- c) R\$ 90.000,00
- d) R\$ 80.000,00
- e) R\$ 30.000,00

57- Os resultados decorrentes de avaliação de investimento no exterior, pelo método da equivalência patrimonial, terão o seguinte tratamento:

- a) receberão o mesmo tratamento dado aos investimentos locais
- b) se negativos, não serão reconhecidos
- c) serão reconhecidos até o limite do valor de realização
- d) não serão reconhecidos na apuração do resultado
- e) serão reconhecidos pelo método do custo

58- A Cia. Continental é uma empresa de capital aberto com investimentos em 4 outras empresas,

sendo o valor contábil de seus investimentos, em 31.12.19x7, o seguinte:

- na Cia. A R\$ 50.000 - representa 8% do capital da empresa "A";
- na Cia. B R\$ 100.000 - representa 15% do capital da empresa "B";
- na Cia. C R\$ 150.000 - representa 25% do capital da empresa "C";
- na Cia. D R\$ 500.000 - representa 40% do capital da empresa "D".

O Patrimônio Líquido da Cia. Continental na mesma data é R\$ 5.000.000.

As Participações Societárias que deverão ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são as das Cia's:

- a) A, B, C, D, E
- b) B, C, D, E
- c) A, B, C
- d) A, C, D, E
- e) B, C, D

59- Na determinação da equivalência patrimonial, os lucros não realizados, referentes a negócios entre coligada ou controlada com a investidora, deverão ser

- a) incluídos no PL da investida
- b) incluídos no Ativo da investida
- c) incluídos no PL da investida e investidora
- d) excluídos do PL da investida
- e) excluídos do Passivo da investidora

60- De acordo com a Lei 6.404/76 os investimentos, classificados como temporários, deverão ser avaliados pelo

- a) custo de aquisição ou mercado, dos dois o menor
- b) custo histórico de aquisição
- c) valor de realização futura
- d) valor presente do fluxo de caixa futuro
- e) valor de reposição